

STJ00113825 - V. 1

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

1

PARTE GERAL

20ª edição
2022

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

OADS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/3410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro – Parte Geral v. 1 / Carlos Roberto Gonçalves. – 20. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022. 600 p.

ISBN 978-65-5559-626-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Introdução ao Direito Civil. 4. Direito Público. 5. Direito Privado. 6. Relação jurídica. I. Título. II. Série.

2021-3744

CDD 347
CDU 347**Índices para catálogo sistemático:**1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Daila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Liana Ganiko Brito

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Paula Brito

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Kiarlene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Amanda Anhoque
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda

Data de fechamento da edição: 28-10-2021Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I

CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito.....	17
2. Distinção entre o direito e a moral.....	19
3. Direito positivo e direito natural.....	20
4. Direito objetivo e direito subjetivo.....	22
5. Direito público e direito privado.....	24
6. A unificação do direito privado.....	28

CAPÍTULO II

DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil.....	30
2. Histórico do direito civil.....	31
3. A codificação.....	33
4. O Código Civil brasileiro.....	36
4.1. O Código Civil de 1916.....	36
4.2. O Código Civil de 2002.....	38
4.2.1. Estrutura e conteúdo.....	40
4.2.2. Princípios básicos.....	41
4.2.3. Direito civil-constitucional.....	42
4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	44

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1.	Conteúdo e função	46
2.	Fontes do direito	48
3.	A lei	49
3.1.	Conceito.....	50
3.2.	Principais características	50
3.3.	Classificação.....	52
4.	Vigência da lei	57
4.1.	Início da vigência	57
4.2.	Revogação da lei.....	60
5.	Obrigatoriedade das leis	67
6.	A integração das normas jurídicas.....	68
6.1.	A analogia.....	70
6.2.	O costume	72
6.3.	Os princípios gerais de direito.....	74
6.4.	A equidade.....	75
7.	Aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	76
8.	Conflito das leis no tempo	81
9.	Eficácia da lei no espaço.....	85
10.	Inovações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018..	91

Livro I DAS PESSOAS

TÍTULO I DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

INTROITO

1.	Nota introdutória.....	99
2.	Personalidade jurídica.....	100
3.	Capacidade jurídica e legitimação.....	101

DAS PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

4. Os sujeitos da relação jurídica	103
5. Conceito de pessoa natural	105
6. Começo da personalidade natural	106

DAS INCAPACIDADES

7. Conceito e espécies	116
7.1. Incapacidade absoluta: os menores de 16 anos	117
7.2. Incapacidade relativa	121
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos	122
7.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico	124
7.2.3. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	125
7.2.4. Os pródigos	125
7.2.5. Curatela de pessoas capazes (deficientes) e incapazes.	127
7.2.5.1. O procedimento da curatela	127
7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada	133
8. A situação jurídica dos índios	134
9. Modos de suprimento da incapacidade	137
10. Sistema de proteção aos incapazes	138
11. Cessação da incapacidade	140
11.1. Maioridade	141
11.2. Emancipação	142
11.2.1. Emancipação voluntária	143
11.2.2. Emancipação judicial	145
11.2.3. Emancipação legal	146

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL

12. Modos de extinção	151
12.1. Morte real	151
12.2. Morte simultânea ou comoriência	152
12.3. Morte civil	153
12.4. Morte presumida	154

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13. Modos de individualização	156
13.1. Nome	156
13.1.1. Conceito	157
13.1.2. Natureza jurídica	159
13.1.3. Elementos do nome	160
13.1.3.1. Prenome	161
13.1.3.2. Sobrenome	162
13.1.4. Imutabilidade do nome.....	164
13.1.4.1. Retificação de prenome	164
13.1.4.2. Adições intermediárias	168
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome	169
13.1.4.4. Outras hipóteses.....	172
13.2. Estado	182
13.2.1. Aspectos	182
13.2.2. Caracteres.....	184
13.3. Domicílio.....	185
13.3.1. Domicílio da pessoa natural	186
13.3.1.1. Conceito.....	186
13.3.1.2. Espécies	189
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica.....	192
14. Atos do registo civil.....	194

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito	200
2. Fundamentos dos direitos da personalidade	202
3. Características dos direitos da personalidade	203
4. Disciplina no Código Civil	206
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade	208
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo.....	210
4.3. O tratamento médico de risco.....	214
4.4. O direito ao nome	219
4.5. A proteção à palavra e à imagem.....	219
4.6. A proteção à intimidade.....	223

CAPÍTULO III DA AUSÊNCIA

1.	Introdução	228
2.	Da curadoria dos bens do ausente	229
3.	Da sucessão provisória	230
4.	Da sucessão definitiva	232
5.	Do retorno do ausente	233
6.	Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal	234

TÍTULO II DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Conceito	236
2.	Natureza jurídica	238
2.1.	Teorias da ficção	238
2.2.	Teorias da realidade	239
3.	Requisitos para a constituição da pessoa jurídica	241
3.1.	Começo da existência legal	242
3.2.	Sociedades irregulares ou de fato	246
3.3.	Grupos despersonalizados	248
4.	Classificação da pessoa jurídica	252
4.1.	Pessoas jurídicas de direito privado	254
4.1.1.	As associações	255
4.1.2.	As sociedades	260
4.1.3.	As fundações	262
4.1.4.	As organizações religiosas	270
4.1.5.	Partidos políticos	272
5.	Desconsideração da personalidade jurídica	272
6.	Responsabilidade das pessoas jurídicas	285
6.1.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	286
6.2.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público	288
6.2.1.	Evolução histórica	288
6.2.2.	A Constituição Federal de 1988	289
6.2.3.	Responsabilidade por atos omissivos	292
6.2.4.	Danos decorrentes de atos judiciais	294

6.2.4.1. Atos judiciais em geral	294
6.2.4.2. Erro judiciário.....	296
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos.....	299
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional..	299
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita	299
6.2.5.3. Imunidade parlamentar	300
7. Extinção da pessoa jurídica	301

Livro II

DOS BENS

1. Objeto da relação jurídica.....	305
2. Bens corpóreos e incorpóreos.....	307
3. Patrimônio.....	309
4. Classificação dos bens	311
4.1. Bens considerados em si mesmos.....	312
4.1.1. Bens imóveis e bens móveis.....	313
4.1.1.1. Bens imóveis.....	314
4.1.1.2. Bens móveis.....	319
4.1.2. Bens fungíveis e infungíveis	322
4.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis	324
4.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis.....	326
4.1.5. Bens singulares e coletivos	328
4.2. Bens reciprocamente considerados.....	330
4.2.1. Bens principais e acessórios.....	330
4.2.2. As diversas classes de bens acessórios.....	332
4.2.2.1. Os produtos.....	332
4.2.2.2. Os frutos	333
4.2.2.3. As pertenças.....	334
4.2.2.4. As benfeitorias.....	336
4.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares	339
4.4. Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família.....	343

Livro III DOS FATOS JURÍDICOS

TÍTULO I DO NEGÓCIO JURÍDICO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Fato jurídico em sentido amplo	347
1.1.	Conceito.....	348
1.2.	Espécies.....	349
2.	Negócio jurídico	351
2.1.	Conceito.....	352
2.2.	Finalidade negocial.....	354
2.2.1.	Aquisição de direitos.....	354
2.2.2.	Conservação de direitos	357
2.2.3.	Modificação de direitos	357
2.2.4.	Extinção de direitos.....	359
2.3.	Teoria do negócio jurídico.....	359
2.4.	Classificação dos negócios jurídicos	361
2.4.1.	Unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	362
2.4.2.	Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes.....	363
2.4.3.	<i>Inter vivos e mortis causa</i>	365
2.4.4.	Principais e acessórios. Negócios derivados	365
2.4.5.	Solenes (formais) e não solenes (de forma livre)...	366
2.4.6.	Simples, complexos e coligados	367
2.4.7.	Dispositivos e obrigacionais.....	368
2.4.8.	Negócio fiduciário e negócio simulado.....	369
2.5.	Interpretação do negócio jurídico	371
3.	Ato jurídico em sentido estrito	375
4.	Ato-fato jurídico	377

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5.	Classificação.....	380
6.	A tricotomia existência-validade-eficácia.....	380
7.	Requisitos de existência.....	382

7.1. Declaração de vontade.....	383
7.1.1. O silêncio como manifestação de vontade.....	385
7.1.2. Reserva mental.....	386
7.1.2.1. Conceito.....	386
7.1.2.2. Efeitos.....	387
7.2. Finalidade negocial.....	388
7.3. Idoneidade do objeto.....	389
8. Requisitos de validade.....	389
8.1. Capacidade do agente.....	391
8.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	393
8.3. Forma.....	395

CAPÍTULO II DA REPRESENTAÇÃO

1. Introdução.....	398
2. Espécies de representação.....	399
3. Espécies de representantes.....	400
4. Regras da representação.....	401
5. Representação e mandato.....	402
6. Contrato consigo mesmo (autocontratação).....	404
6.1. Conceito.....	404
6.2. Efeitos.....	405

CAPÍTULO III DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO

1. Introdução.....	408
2. Condição.....	409
2.1. Conceito.....	409
2.2. Elementos da condição.....	411
2.3. Condição voluntária e condição legal.....	412
2.4. Negócios jurídicos que não admitem condição.....	413
2.5. Classificação das condições.....	415
2.6. Retroatividade e irretroatividade da condição.....	422
2.7. Pendência, implemento e frustração da condição.....	424

3. Termo.....	425
3.1. Conceito.....	425
3.2. Espécies.....	426
3.3. Os prazos e sua contagem.....	427
4. Encargo ou modo.....	428
5. Negócio jurídico processual.....	431

CAPÍTULO IV DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução.....	432
2. Erro ou ignorância.....	433
2.1. Conceito.....	433
2.2. Espécies.....	434
2.2.1. Erro substancial e erro acidental.....	434
2.2.1.1. Características do erro substancial.....	435
2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório.....	439
2.2.2. Erro escusável.....	439
2.2.3. Erro real.....	443
2.2.4. Erro obstativo ou impróprio.....	443
2.3. O falso motivo.....	444
2.4. Transmissão errônea da vontade.....	445
2.5. Convalescimento do erro.....	446
2.6. Interesse negativo.....	447

O DOLO

3. Conceito.....	448
4. Características.....	449
5. Espécies de dolo.....	450

A COAÇÃO

6. Conceito.....	457
7. Espécies de coação.....	458
8. Requisitos da coação.....	459
9. Coação exercida por terceiro.....	464

O ESTADO DE PERIGO

10. Conceito.....	466
-------------------	-----

11. Distinção entre estado de perigo e institutos afins.....	467
11.1. Estado de perigo e lesão	467
11.2. Estado de perigo e estado de necessidade	469
11.3. Estado de perigo e coação	470
12. Elementos do estado de perigo	470
13. Efeitos do estado de perigo.....	473

A LESÃO

14. Conceito	476
15. Características da lesão	478
16. Elementos da lesão	480
17. Efeitos da lesão	482

A FRAUDE CONTRA CREDORES

18. Conceito	484
19. Elementos constitutivos	485
20. Hipóteses legais	487
20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida ..	488
20.2. Atos de transmissão onerosa	489
20.3. Pagamento antecipado de dívida	490
20.4. Concessão fraudulenta de garantias.....	491
21. Ação pauliana ou revocatória.....	492
21.1. Natureza jurídica	492
21.2. Legitimidade ativa.....	495
21.3. Legitimidade passiva	497
22. Fraude não ultimada	498
23. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devodor.	499
24. Fraude contra credores e fraude à execução.....	501

CAPÍTULO V DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução	508
2. Negócio jurídico inexistente	509
3. Nulidade.....	510

3.1. Conceito.....	510
3.2. Espécies de nulidade.....	510
3.3. Causas de nulidade.....	511
4. Anulabilidade.....	514
4.1. Conceito.....	514
4.2. Causas de anulabilidade.....	514
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade.....	515
6. Disposições especiais.....	517
7. Conversão do negócio jurídico.....	519

A SIMULAÇÃO

8. Conceito.....	520
9. Características da simulação.....	521
10. Espécies de simulação.....	522
11. Hipóteses legais de simulação.....	524
12. Efeitos da simulação.....	525
13. Simulação e institutos afins.....	525

TÍTULO II DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis.....	527
2. Críticas à inovação.....	527

TÍTULO III DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito.....	530
2. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	533
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	534
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	535
5. Imputabilidade e responsabilidade.....	537
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento.....	537
5.2. A responsabilidade dos menores.....	539
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual.....	540
6.1. Ação ou omissão.....	540
6.2. Culpa ou dolo do agente.....	541
6.3. Relação de causalidade.....	542

6.4. Dano	542
7. Atos lesivos não considerados ilícitos	543
7.1. A legítima defesa.....	543
7.2. O exercício regular e o abuso de direito.....	544
7.3. O estado de necessidade.....	546

TÍTULO IV DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

CAPÍTULO I DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução.....	548
2. Conceito e requisitos.....	550
3. Pretensões imprescritíveis.....	552
4. Prescrição e institutos afins.....	554
5. Disposições legais sobre a prescrição.....	556
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	560
7. Das causas que interrompem a prescrição.....	565
8. Prazos de prescrição no Código Civil.....	571

CAPÍTULO II DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características.....	572
2. Disposições legais sobre a decadência.....	574

TÍTULO V DA PROVA

1. Introdução.....	576
2. Meios de prova.....	577
2.1. Confissão.....	578
2.2. Documento.....	579
2.3. Testemunha.....	583
2.4. Presunção.....	584
2.5. Perícia.....	585
<i>Bibliografia</i>	587

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

**TEORIA GERAL
DAS OBRIGAÇÕES**

2

20ª edição
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Liana Ganiko Brito
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secondo Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Rafael Cancio Padovan
Revisão	Carmem Becker
Capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Vox Gráfica

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-3/9410

G635d

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral das Obrigações v. 2 / Carlos Roberto Gonçalves. - 20. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023.
432 p.

ISBN: 978-65-5362-844-1 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2022-2861

CDD 347

CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil	347
2. Direito civil	347

Data de fechamento da edição: 3-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA	15097	CL	607925	CAE	816327
-----------	-------	----	--------	-----	--------

ÍNDICE

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito e âmbito do direito das obrigações	1
2. Importância do direito das obrigações.....	3
3. Características principais do direito das obrigações.....	4
4. Relações com as outras ramificações do direito civil	6
5. Direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais.....	7
5.1. Principais distinções	8
5.2. Figuras híbridas	10
5.2.1. Espécies.....	10
5.2.2. Obrigações <i>propter rem</i>	10
5.2.2.1. Conceito.....	10
5.2.2.2. Natureza jurídica	13
5.2.3. Ônus reais	14
5.2.4. Obrigações com eficácia real	15
6. Evolução da teoria das obrigações.....	15
7. Posição do direito das obrigações no Código Civil.....	17
8. A unificação do direito obrigacional.....	18

Capítulo II

NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÃO

1.	Conceito de obrigação.....	20
2.	Elementos constitutivos da obrigação.....	22
2.1.	Sujeitos da relação obrigacional (elemento subjetivo)	22
2.2.	Objeto da relação obrigacional (elemento objetivo)	23
2.3.	Vínculo jurídico da relação obrigacional (elemento abstrato)	27
3.	Fontes das obrigações	28
3.1.	Introdução	28
3.2.	Fontes no direito romano e em outras legislações contemporâneas	29
3.3.	Concepção moderna das fontes das obrigações	30
4.	Distinção entre obrigação e responsabilidade	33

Título I

DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

1.	Introdução.....	36
2.	Noção geral	36

Capítulo I

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR

1.	Introdução.....	40
2.	Formas	40

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA

3.	Noção e conteúdo	42
4.	Impossibilidade de entrega de coisa diversa, ainda que mais valiosa ...	44
5.	Tradição como transferência dominial.....	45
6.	Direito aos melhoramentos e acrescidos	47
7.	Abrangência dos acessórios	50
8.	Obrigação de entregar	51
8.1.	Perecimento sem culpa e com culpa do devedor	52
8.2.	Deterioração sem culpa e com culpa do devedor	53
9.	Obrigação de restituir.....	54

9.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor.....	54
9.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor.....	55
10. Das obrigações pecuniárias	56

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA

11. Conceito.....	59
12. Diferenças e afinidades com outras modalidades.....	60
13. Disciplina legal.....	61
13.1. Indicação do gênero e quantidade.....	61
13.2. Escolha e concentração.....	61
13.3. Gênero limitado e ilimitado.....	63

Capítulo II DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

1. Conceito.....	65
2. Espécies.....	67
3. Inadimplemento	68
3.1. Obrigações infungíveis ou personalíssimas.....	69
3.2. Obrigações fungíveis ou im pessoais.....	73
3.3. Obrigações consistentes em emitir declaração de vontade	75

Capítulo III DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

1. Noção e alcance	77
2. Inadimplemento da obrigação negativa.....	78
3. Regras processuais.....	79

Capítulo IV DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS

1. Obrigações cumulativas e alternativas.....	81
2. Conceito de obrigação alternativa.....	82
3. Direito de escolha.....	84
4. A concentração.....	86
5. Impossibilidade das prestações.....	87

6. Obrigações facultativas.....	88
6.1. Conceito.....	88
6.2. Características e efeitos.....	90

Capítulo V DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS

1. Conceito de obrigação divisível e indivisível.....	93
2. Espécies de indivisibilidade.....	96
3. A indivisibilidade em relação às várias modalidades de obrigações.....	98
4. Efeitos da divisibilidade e da indivisibilidade da prestação.....	99
4.1. Pluralidade de devedores.....	100
4.2. Pluralidade de credores.....	102
5. Perda da indivisibilidade.....	106

Capítulo VI DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito e características	109
2. Natureza jurídica da solidariedade.....	111
3. Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade	112
4. Princípios comuns à solidariedade	113
5. Espécies de obrigação solidária	116

DA SOLIDARIEDADE ATIVA

6. Conceito.....	117
7. Características da solidariedade ativa.....	120
8. Disciplina legal.....	122
9. Extinção da obrigação solidária	126
10. Direito de regresso	128

DA SOLIDARIEDADE PASSIVA

11. Conceito e características	130
12. Direitos do credor	132
13. Efeitos da morte de um dos devedores solidários.....	134

14. Relações entre os codevedores solidários e o credor	135
14.1. Consequências do pagamento parcial e da remissão	135
14.2. Cláusula, condição ou obrigação adicional.....	137
14.3. Renúncia da solidariedade	138
15. Impossibilidade da prestação.....	140
16. Responsabilidade pelos juros.....	142
17. Meios de defesa dos devedores.....	143
18. Relações dos codevedores entre eles.....	148
18.1. Direito de regresso.....	149
18.2. Insolvência de um dos codevedores solidários.....	151

Capítulo VII

OUTRAS MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES CIVIS E NATURAIS

1. Distinção entre obrigação civil e obrigação natural.....	154
2. Obrigação natural.....	156
2.1. Conceito e características.....	156
2.2. Natureza jurídica da obrigação natural	157
2.3. Casos de obrigação natural no direito brasileiro.....	159
2.4. Efeitos da obrigação natural.....	163

DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO, DE RESULTADO E DE GARANTIA

3. Obrigação de meio e de resultado.....	166
4. Obrigação de garantia.....	170

DAS OBRIGAÇÕES DE EXECUÇÃO INSTANTÂNEA, DIFERIDA E CONTINUADA

5. Obrigações de execução instantânea e de execução diferida.....	171
6. Obrigação de execução continuada.....	172

DAS OBRIGAÇÕES PURAS E SIMPLES, CONDICIONAIS, A TERMO E MODAIS

7. Obrigações puras e simples	173
8. Obrigações condicionais.....	175
9. Obrigações a termo	180
10. Obrigações modais ou com encargo	182

DAS OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS

11. Conceito.....	184
12. Espécies de liquidação.....	184
13. Aplicações práticas da distinção.....	186

DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS

14. Conceito e efeitos.....	187
15. Espécies.....	188

Título II**DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES****Capítulo I****DA CESSÃO DE CRÉDITO**

1. A transmissão das obrigações.....	189
1.1. Noções gerais.....	189
1.2. Espécies.....	191
2. Conceito de cessão de crédito.....	191
3. Cessão de crédito e institutos afins.....	192
4. Requisitos da cessão de crédito: objeto, capacidade e legitimação.....	193
5. Espécies de cessão de crédito.....	195
6. Formas.....	197
7. Notificação do devedor.....	198
8. Responsabilidade do cedente.....	200

Capítulo II**DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA**

1. Conceito.....	204
2. Características e pressupostos.....	205
3. Assunção de dívida e institutos afins.....	206
3.1. Assunção de dívida e promessa de liberação do devedor.....	206
3.2. Assunção de dívida e novação subjetiva por substituição do devedor.....	207

3.3. Assunção de dívida e fiança	208
3.4. Assunção de dívida e estipulação em favor de terceiro.....	209
4. Espécies de assunção de dívida.....	209
5. Efeitos da assunção de dívida.....	212

Capítulo III DA CESSÃO DE CONTRATO

1. Conceito. Cessão de contrato e cessão de posição contratual.....	215
2. Natureza jurídica	217
3. Características da cessão da posição contratual.....	218
4. Efeitos da cessão da posição contratual	220
4.1. Efeitos entre o cedente e o contraente cedido.....	220
4.2. Efeitos entre o cedente e o cessionário	222
4.3. Efeitos entre o cessionário e o contraente cedido	222
5. Cessão da posição contratual no direito brasileiro	223

Título III DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃODAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	226
2. Liberação pelo adimplemento	226
3. Princípios da boa-fé e da probidade	227
4. Disciplina no Código Civil de 2002	229

Capítulo I DO PAGAMENTO

1. Noção e espécies de pagamento	230
2. Natureza jurídica e requisitos de validade do pagamento	233
3. De quem deve pagar.....	235
3.1. Pagamento efetuado por pessoa interessada.....	235
3.2. Pagamento efetuado por terceiro não interessado.....	237
3.3. Pagamento efetuado mediante transmissão da propriedade.....	240
4. Daqueles a quem se deve pagar.....	241
4.1. Pagamento efetuado diretamente ao credor.....	241
4.2. Pagamento efetuado ao representante do credor	242

4.3. Validade do pagamento efetuado a terceiro que não o credor ...	243
4.4. Pagamento efetuado ao credor putativo	244
4.5. Pagamento ao credor incapaz	245
4.6. Pagamento efetuado ao credor cujo crédito foi penhorado	247
5. Do objeto do pagamento	247
5.1. Pagamento em dinheiro e o princípio do nominalismo	249
5.2. A cláusula de escala móvel	251
6. Da prova do pagamento	255
6.1. A quitação	255
6.2. As presunções de pagamento	257
7. Do lugar do pagamento	259
8. Do tempo do pagamento	262

Capítulo II DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO

1. Pagamentos especiais	267
2. Conceito de pagamento em consignação	267
3. Objeto da consignação	269
4. Fatos que autorizam a consignação	271
5. Requisitos de validade da consignação	274
6. Levantamento do depósito	278
7. Disposições processuais	279

Capítulo III DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

1. Conceito	283
2. Natureza jurídica	285
3. Espécies	286
3.1. Sub-rogação legal	287
3.2. Sub-rogação convencional	290
4. Efeitos da sub-rogação	293
5. Sub-rogação parcial	294

Capítulo IV DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO

1.	Conceito.....	296
2.	Requisitos da imputação do pagamento.....	297
3.	Espécies de imputação	299
3.1.	Imputação por indicação do devedor	299
3.2.	Imputação por vontade do credor	300
3.3.	Imputação em virtude de lei.....	301
4.	Imputação do pagamento em contratos de cheque especial.....	302

Capítulo V DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

1.	Conceito.....	304
2.	Elementos constitutivos.....	305
3.	Natureza jurídica	306
4.	Disposições legais.....	307

Capítulo VI DA NOVAÇÃO

1.	Conceito.....	310
2.	Requisitos da novação	312
3.	Espécies de novação.....	315
4.	Efeitos da novação.....	319

Capítulo VII DA COMPENSAÇÃO

1.	Conceito.....	322
2.	Espécies de compensação.....	323
2.1.	Compensação legal.....	323
2.1.1.	Conceito	323
2.1.2.	Requisitos da compensação legal.....	324
2.1.2.1.	Reciprocidade dos créditos.....	324
2.1.2.2.	Liquidez das dívidas	325

2.1.2.3.	Exigibilidade das prestações	326
2.1.2.4.	Fungibilidade dos débitos	326
2.2.	Compensação convencional	327
2.3.	Compensação judicial	328
3.	Dívidas não compensáveis	329
4.	Regras peculiares	332

Capítulo VIII DA CONFUSÃO

1.	Conceito e características	335
2.	Espécies de confusão	336
3.	Efeitos da confusão	337
4.	Cessação da confusão	338

Capítulo IX DA REMISSÃO DE DÍVIDAS

1.	Conceito e natureza jurídica	339
2.	Espécies de remissão	340
3.	Presunções legais	342
4.	A remissão em caso de solidariedade passiva	343

Título IV DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	A obrigatoriedade dos contratos	344
2.	Inadimplemento absoluto	346
2.1.	Inadimplemento culposo da obrigação	347
2.1.1.	Perdas e danos	348
2.1.2.	Responsabilidade patrimonial	349
2.1.3.	Contratos benéficos e onerosos	350
2.2.	Inadimplemento fortuito da obrigação	350

Capítulo II DA MORA

1.	Conceito.....	354
2.	Mora e inadimplemento absoluto	355
3.	Espécies de mora	359
3.1.	Mora do devedor.....	359
3.1.1.	Espécies.....	359
3.1.2.	Requisitos.....	363
3.1.3.	Efeitos.....	364
3.2.	Mora do credor	366
3.2.1.	Requisitos.....	366
3.2.2.	Efeitos.....	367
3.3.	Mora de ambos os contratantes	368
4.	Purgação e cessação da mora.....	369

Capítulo III DAS PERDAS E DANOS

1.	Conceito.....	371
2.	Dano emergente e lucro cessante.....	372
3.	Obrigações de pagamento em dinheiro.....	374

Capítulo IV DOS JUROS LEGAIS

1.	Conceito.....	377
2.	Espécies.....	377
3.	Regulamentação legal.....	381
4.	Anatocismo ou capitalização de juros.....	386
5.	Juros compensatórios bancários.....	387

Capítulo V DA CLÁUSULA PENAL

1.	Conceito.....	389
2.	Natureza jurídica	390

3. Funções da cláusula penal.....	390
4. Valor da cláusula penal	393
5. Espécies de cláusula penal	397
6. Efeitos da distinção entre as duas espécies.....	399
7. Cláusula penal e institutos afins	400
8. Cláusula penal e pluralidade de devedores.....	403

Capítulo VI DAS ARRAS OU SINAL

1. Conceito.....	404
2. Natureza jurídica	404
3. Espécies	405
4. Funções das arras.....	406
<i>Bibliografia</i>	409

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

**CONTRATOS E
ATOS UNILATERAIS**

3

20ª edição
2023

saraiva 

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** em **pdf**Av. Paulista, 901, Edifício CVK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Fátima Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flor de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Liana Ganiko Brito

Design e Produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Daniela Nogueira Secondo
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Carmem Becker

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marti Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA
 DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
 VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/0410

G635d

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro - Contratos e Atos Uni-
 laterais v. 3 / Carlos Roberto Gonçalves. - 20. ed.
 - São Paulo : SaraivaJur, 2023.
 712 p.

ISBN: 978-85-5362-842-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2022-2862

COD 347

CDU 347

Índice para catálogo eletrônico:

1. Direito civil 347
 2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 3-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 11347 CL 007927 CAE 016320

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE DOS CONTRATOS

Título I TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Capítulo I NOÇÃO GERAL

1. Conceito	1
2. Evolução histórica	3
3. Função social do contrato.....	4
4. Contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	10
5. Condições de validade do contrato	14
5.1. Requisitos subjetivos.....	15
5.2. Requisitos objetivos	17
5.3. Requisitos formais	18
6. Princípios fundamentais do direito contratual.....	20
6.1. Princípio da autonomia da vontade	21
6.2. Princípio da supremacia da ordem pública.....	23
6.3. Princípio do consensualismo.....	25
6.4. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	27
6.5. Princípio da obrigatoriedade dos contratos.....	28
6.6. Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva.....	30

6.7.	Princípio da boa-fé e da probidade	33
6.7.1.	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva	34
6.7.2.	Disciplina no Código Civil de 2002.....	37
6.7.3.	Proibição de “venire contra factum proprium”	40
6.7.4.	“Suppressio, surrectio” e “tu quoque”	41
6.7.5.	“Duty to mitigate the loss” e “Nachfrist”	43
7.	Interpretação dos contratos.....	45
7.1.	Conceito e extensão	45
7.2.	Princípios básicos	47
7.3.	Regras esparsas	49
7.4.	Interpretação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor	50
7.5.	Critérios práticos para interpretação dos contratos.....	50
7.6.	Interpretação dos contratos de adesão.....	51
8.	Pactos sucessórios	52

Capítulo II

DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	A manifestação da vontade	54
2.	Negociações preliminares	55
3.	A proposta.....	57
3.1.	Conceito e características.....	57
3.2.	A oferta no Código Civil.....	59
3.2.1.	A força vinculante da oferta	59
3.2.2.	Proposta não obrigatória	59
3.3.	A oferta no Código de Defesa do Consumidor	61
4.	A aceitação	62
4.1.	Conceito e espécies.....	62
4.2.	Hipóteses de inexistência de força vinculante da aceitação	63
5.	Momento da conclusão do contrato	64
5.1.	Contratos entre presentes.....	64
5.2.	Contratos entre ausentes	64
6.	Lugar da celebração	66
7.	Formação dos contratos pela Internet.....	66

Capítulo III

CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	Introdução.....	73
2.	Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	74
3.	Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos.....	76
4.	Contratos comutativos e aleatórios	78
4.1.	Contratos aleatórios por natureza.....	78
4.2.	Contratos acidentalmente aleatórios	79
5.	Contratos paritários e de adesão. Contrato-tipo	80
6.	Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo	83
7.	Contratos personalíssimos e impessoais.....	84
8.	Contratos individuais e coletivos	85
9.	Contratos principais e acessórios. Contratos derivados.....	86
10.	Contratos solenes e não solenes	89
11.	Contratos consensuais e reais	90
12.	Contratos preliminares e definitivos	92
13.	Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos	94

Capítulo IV

DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

1.	Conceito.....	98
2.	Escorço histórico	99
3.	Natureza jurídica da estipulação em favor de terceiro	101
4.	A regulamentação da estipulação de terceiro no Código Civil	103

Capítulo V

DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO

1.	Introdução.....	105
2.	Promessa de fato de terceiro.....	105
3.	Inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002.....	106

Capítulo VI DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

1.	Disciplina no Código Civil.....	108
1.1.	Conceito.....	108
1.2.	Fundamento jurídico.....	110
1.3.	Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios	111
1.4.	Efeitos. Ações cabíveis	113
1.4.1.	Espécies de ações.....	113
1.4.2.	Prazos decadenciais	114
1.4.3.	Hipóteses de descabimento das ações edilícias	116
1.4.3.1.	Coisas vendidas conjuntamente.....	116
1.4.3.2.	Inadimplemento contratual.....	116
1.4.3.3.	Erro quanto às qualidades essenciais do objeto..	117
1.4.3.4.	Coisa vendida em hasta pública	118
2.	Disciplina no Código de Defesa do Consumidor.....	118

Capítulo VII DA EVICÇÃO

1.	Conceito e fundamento jurídico	121
2.	Extensão da garantia	123
3.	Requisitos da evicção.....	125
4.	Verbas devidas.....	130
5.	Da evicção parcial.....	133

Capítulo VIII DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS

1.	Conceito e espécies.....	135
2.	Venda de coisas futuras	139
2.1.	Risco concernente à própria existência da coisa: <i>emptio spei</i>	139
2.2.	Risco respeitante à quantidade da coisa esperada: <i>emptio rei speratae</i>	140
3.	Venda de coisas existentes, mas expostas a risco.....	140

Capítulo IX DO CONTRATO PRELIMINAR

1.	Conceito.....	142
2.	Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro	144
3.	A disciplina do contrato preliminar no Código Civil de 2002.....	145

Capítulo X DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

1.	Conceito.....	150
2.	Natureza jurídica	152
3.	Aplicações práticas.....	153
4.	Contrato com pessoa a declarar e institutos afins.....	154
5.	Disciplina no Código Civil de 2002	155

Capítulo XI DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1.	Modo normal de extinção.....	157
2.	Extinção do contrato sem cumprimento.....	158
2.1.	Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato ...	158
2.1.1.	Nulidade absoluta e relativa.....	158
2.1.2.	Cláusula resolutiva. O adimplemento substancial do contrato.....	159
2.1.3.	Direito de arrependimento	164
2.2.	Causas supervenientes à formação do contrato.....	165
2.2.1.	Resolução	165
2.2.1.1.	Resolução por inexecução voluntária.....	165
2.2.1.1.1.	Exceção de contrato não cumprido	167
2.2.1.1.2.	Garantia de execução da obrigação a prazo.....	171
2.2.1.2.	Resolução por inexecução involuntária.....	172
2.2.1.3.	Resolução por onerosidade excessiva	173
2.2.1.3.1.	A cláusula “rebus sic stantibus” e a teoria da imprevisão	173

2.2.1.3.2.	A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002	176
2.2.2.	Resilição	183
2.2.2.1.	Distrato e quitação	183
2.2.2.2.	Resilição unilateral: denúncia, revogação, renúncia e resgate	185
2.2.3.	Morte de um dos contratantes	187
2.2.4.	Rescisão	187
2.2.5.	Reajuste de aluguel no período da Covid-19	189

Título II

DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

1.	Introdução ao estudo das várias espécies de contrato	191
2.	Espécies de contrato reguladas no Código Civil de 2002	192

Capítulo I

DA COMPRA E VENDA

1.	Conceito e características do contrato de compra e venda	194
2.	Unificação da compra e venda civil e mercantil	198
3.	Natureza jurídica da compra e venda	199
4.	Elementos da compra e venda	200
4.1.	O consentimento	201
4.2.	O preço	202
4.3.	A coisa	205
4.3.1.	Existência da coisa	205
4.3.2.	Individuação da coisa	206
4.3.3.	Disponibilidade da coisa	207
5.	Efeitos da compra e venda	208
5.1.	Efeitos principais: geração de obrigações recíprocas e da responsabilidade pelos vícios redibitórios e pela evicção	208
5.2.	Efeitos secundários ou subsidiários	209
5.2.1.	A responsabilidade pelos riscos	209
5.2.2.	A repartição das despesas	211
5.2.3.	O direito de reter a coisa ou o preço	211
6.	Limitações à compra e venda	213

6.1. Venda de ascendente a descendente.....	213
6.2. Aquisição de bens por pessoa encarregada de zelar pelos interesses do vendedor.....	219
6.3. Venda da parte indivisa em condomínio.....	221
6.4. Venda entre cônjuges.....	223
7. Vendas especiais.....	225
7.1. Venda mediante amostra.....	225
7.2. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	225

DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA

8. Introdução.....	229
9. Da retrovenda.....	230
10. Da venda a contento e da sujeita a prova.....	233
11. Da preempção ou preferência.....	235
12. Da venda com reserva de domínio.....	239
13. Da venda sobre documentos.....	243

Capítulo II DA TROCA OU PERMUTA

1. Conceito e caracteres jurídicos.....	247
2. Regulamentação jurídica.....	248

Capítulo III DO CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e natureza jurídica.....	250
2. Regulamentação legal.....	252

Capítulo IV DA DOAÇÃO

1. Conceito e características.....	254
2. Objeto da doação.....	259
3. Promessa de doação.....	260
4. Espécies de doação.....	262
5. Restrições legais.....	274

6. Da revogação da doação	277
6.1. Casos comuns a todos os contratos.....	277
6.2. Revogação por descumprimento do encargo.....	278
6.3. Revogação por ingratidão do donatário.....	279

Capítulo V DA LOCAÇÃO DE COISAS

1. Conceito e natureza jurídica	283
2. Elementos do contrato de locação.....	286
3. Obrigações do locador	290
4. Obrigações do locatário	292
5. Disposições complementares	294
6. Locação de prédios.....	296
7. Locação de prédio urbano.....	300
8. Reajuste de aluguel no período da Covid-19.....	309

Capítulo VI DO EMPRÉSTIMO

1. Conceito.....	312
2. Espécies	312

DO COMODATO

3. Conceito e características	313
4. Direitos e obrigações do comodatário	319
5. Direitos e obrigações do comodante	323
6. Extinção do comodato	324

DO MÚTUO

7. Conceito.....	325
8. Características.....	326
9. Requisitos subjetivos.....	328
10. Objeto do mútuo.....	331
11. Direitos e obrigações das partes	334

Capítulo VII DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.	Conceito.....	336
2.	Natureza jurídica	338
3.	Duração do contrato.....	339
4.	Extinção do contrato	341
5.	Disposições complementares	341

Capítulo VIII DA EMPREITADA

1.	Conceito.....	344
2.	Características	346
3.	Espécies de empreitada.....	346
4.	Verificação e recebimento da obra	349
5.	Responsabilidade do empreiteiro	351
6.	Responsabilidade do proprietário.....	356
7.	Extinção da empreitada.....	358

Capítulo IX DO DEPÓSITO

1.	Conceito.....	360
2.	Características	361
3.	Espécies de depósito.....	365
4.	Depósito voluntário.....	365
	4.1. Conceito e requisitos.....	365
	4.2. Natureza jurídica.....	366
5.	Obrigações do depositante.....	367
6.	Obrigações do depositário.....	368
7.	Depósito necessário.....	373
	7.1. Depósito legal.....	374
	7.2. Depósito miserável	374
	7.3. Depósito do hospedeiro	375

8. Depósito irregular	377
9. Ação de depósito	379
10. Prisão do depositário infiel	380

Capítulo X DO MANDATO

1. Conceito.....	383
2. Características	385
3. Mandato e representação	386
4. Pessoas que podem outorgar procuração	388
5. Pessoas que podem receber mandato.....	390
6. A procuração como instrumento do mandato. Requisitos e substabelecimento.....	391
7. Espécies de mandato.....	394
8. Mandato especial e geral, e mandato em termos gerais e com poderes especiais.....	397
9. Mandato outorgado a duas ou mais pessoas	398
10. Aceitação do mandato	399
11. Ratificação do mandato	400
12. Obrigações do mandatário	400
13. Obrigações do mandante.....	405
14. Extinção do mandato.....	408
15. Irrevogabilidade do mandato.....	412
16. Mandato judicial.....	415

Capítulo XI DA COMISSÃO

1. Origem histórica.....	419
2. Conceito e natureza jurídica	420
3. Remuneração do comissário.....	422
4. Características do contrato de comissão.....	423
5. Direitos e obrigações do comissário.....	426
6. Direitos e obrigações do comitente	429

7. Comissão “del credere”	430
---------------------------------	-----

Capítulo XII DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	432
2. Características do contrato de agência.....	433
3. Características do contrato de distribuição.....	434
4. Remuneração do agente	436
5. Direitos e obrigações das partes	437

Capítulo XIII DA CORRETAGEM

1. Conceito	439
2. Natureza jurídica	440
3. Direitos e deveres do corretor.....	441
4. A remuneração do corretor	442

Capítulo XIV DO TRANSPORTE

1. Introdução.....	447
2. Conceito de contrato de transporte.....	448
3. Natureza jurídica	449
4. Espécies de transporte.....	450
5. Disposições gerais aplicáveis às várias espécies de contrato de transporte ...	451
5.1. O caráter subsidiário da legislação especial, dos tratados e convenções internacionais	452
5.2. Transporte cumulativo e transporte sucessivo	455
6. O transporte de pessoas	456
7. O transporte de coisas	460
8. Direitos e deveres do transportador	463
9. Direitos e deveres do passageiro.....	466
10. O transporte gratuito	467

Capítulo XV DO SEGURO

1.	Conceito e características	470
2.	Natureza jurídica	472
3.	A apólice e o bilhete de seguro	473
4.	O risco	474
5.	Espécies de seguro	477
5.1.	Seguro de dano	478
5.2.	Seguro de pessoa	487
5.2.1.	Seguro de vida	488
5.2.2.	Seguro de vida em grupo	497
6.	Obrigações do segurado	499
7.	Obrigações do segurador	505
8.	Prazos prescritivos	507

Capítulo XVI DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1.	Conceito	510
2.	Natureza jurídica	511
3.	Características	512
4.	Regras aplicáveis	513
5.	Extinção da constituição de renda	515

Capítulo XVII DO JOGO E DA APOSTA

1.	Conceito e natureza jurídica	516
2.	Espécies de jogo	518
3.	Consequências jurídicas	519
4.	Contratos diferenciais	521
5.	A utilização do sorteio	522

Capítulo XVIII DA FIANÇA

1.	Conceito	524
2.	Natureza jurídica da fiança	525

3. Espécies de fiança.....	528
4. Requisitos subjetivos e objetivos.....	528
5. Efeitos da fiança.....	532
5.1. Benefício de ordem.....	533
5.2. Solidariedade dos cofiadores.....	534
6. Extinção da fiança.....	537

Capítulo XIX DA TRANSAÇÃO

1. Conceito.....	541
2. Elementos constitutivos.....	542
3. Natureza jurídica.....	543
4. Espécies de transação e sua forma.....	545
5. Principais características da transação.....	547
6. Objeto da transação.....	549
7. Efeitos em relação a terceiros.....	551

Capítulo XX DO COMPROMISSO E DA ARBITRAGEM

1. Conceito.....	554
2. Natureza jurídica.....	557
3. Constitucionalidade da arbitragem.....	557
4. Cláusula compromissória e compromisso arbitral.....	558
5. Espécies de compromisso arbitral.....	560
6. Requisitos legais.....	560
7. Extinção do compromisso arbitral.....	561
8. Dos árbitros.....	561
9. Do procedimento arbitral.....	562
10. Da carta arbitral.....	563
11. Da sentença arbitral.....	563
12. Irrecorribilidade da decisão arbitral.....	564
13. Arbitragem e administração pública.....	566
14. Arbitragem e interrupção da prescrição.....	566
15. Mediação.....	566

SEGUNDA PARTE

DOS ATOS UNILATERAIS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS ATOS UNILATERAIS

1.	Os atos unilaterais como fontes de obrigações	569
2.	A disciplina dos atos unilaterais no Código Civil de 2002.....	570

Capítulo I

DA PROMESSA DE RECOMPENSA

1.	Conceito e natureza jurídica	572
2.	Requisitos.....	573
3.	Exigibilidade da recompensa	575
4.	Revogabilidade da promessa	576
5.	Promessa formulada em concurso público	576

Capítulo II

DA GESTÃO DE NEGÓCIOS

1.	Conceito e pressupostos	578
2.	Obrigações do gestor do negócio.....	581
3.	Obrigações do dono do negócio	582
4.	A ratificação do dono do negócio	583

Capítulo III

DO PAGAMENTO INDEVIDO

1.	Conceito	585
2.	Espécies de pagamento indevido	588
3.	“Accipiens” de boa e de má-fé	589
4.	Recebimento indevido de imóvel	590
5.	Pagamento indevido sem direito à repetição	591

Capítulo IV

DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

1.	Conceito	594
----	----------------	-----

2. A disciplina no Código Civil de 2002	595
3. Requisitos da ação de “in rem verso”	596

Capítulo V DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1. A disciplina no Código Civil de 2002	598
2. Conceito de título de crédito	599
3. Princípios fundamentais	600
3.1. Cartularidade	601
3.2. Literalidade.....	602
3.3. Autonomia.....	602
3.3.1. Abstração	603
3.3.2. Inoponibilidade	604
4. Legislação aplicável.....	605
5. Espécies de títulos de crédito	606
6. Título ao portador	608
7. Título à ordem.....	610
7.1. Letra de câmbio.....	610
7.1.1. Institutos típicos do direito cambial.....	611
7.1.1.1. Aceite	612
7.1.1.2. Endosso.....	613
7.1.1.3. Aval.....	616
7.1.1.4. Protesto	619
7.1.2. Ação cambial.....	620
7.2. Nota promissória.....	621
7.3. Cheque.....	623
7.4. Duplicata.....	628
8. Título nominativo	632

TERCEIRA PARTE DOS CONTRATOS ESPECIAIS

Capítulo I DA EDIÇÃO

1. Noção de edição	633
--------------------------	-----

2. Partes e objeto	636
3. Direitos e deveres do autor	636
4. Direitos e deveres do editor	638
5. Extinção do contrato de edição	638
6. Da representação dramática	639

Capítulo II DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

1. Conceito	642
2. Depósito bancário	642
2.1. Distinção entre depósito bancário e mútuo	643
2.2. Espécies de depósito bancário	644
2.2.1. Depósito em conta corrente	644
2.2.2. Cadernetas de poupança	645
2.2.3. Contas conjuntas	645
2.2.4. Juros e correção monetária	646
3. Abertura de crédito	647
4. Desconto bancário	649
5. Contrato de financiamento	650
6. Custódia de valores	650
7. Aluguel de cofre	650
8. Cartão de crédito	652

Capítulo III DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OU "LEASING"

1. Conceito e características	654
2. Espécies de arrendamento mercantil.....	657
3. Extinção do "leasing"	658
4. Aspectos processuais	659

Capítulo IV DA FRANQUIA OU "FRANCHISING"

1. Conceito	661
2. Características	662
3. Elementos	663

4. Espécies de franquia.....	663
5. Extinção do “franchising”	664

Capítulo V DA FATURIZAÇÃO OU “FACTORING”

1. Conceito.....	665
2. Características	666
3. Espécies de faturização	667
4. Extinção do “factoring”	668

Capítulo VI DO CONTRATO DE RISCO OU “JOINT VENTURE”

1. Conceito.....	669
2. Características	670

Capítulo VII DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAOU “KNOW-HOW”

1. Introdução.....	671
2. Conceito.....	672
3. Modalidades	672
4. Natureza jurídica	673
5. Extinção.....	673

Capítulo VIII DO CONTRATO DE “ENGINEERING”

1. Conceito.....	675
2. Espécies e características.....	675

Capítulo IX DA COMERCIALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR (“SOFTWARE”)

1. Noção introdutória	677
2. Disciplina legal.....	677
3. Transações eletrônicas.....	678
<i>Bibliografia</i>	681

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de
Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e
Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DE FAMÍLIA

6

20ª edição
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** 1911Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Fíavia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dailia Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Liana Ganiko Brito
Design e Produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secondo Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Fabricando ideias Design Editorial
Revisão	Paula Brito Araújo
Capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Mark Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Vox Gráfica

OBRA COMPLETA ISBN 978-85-5369-765-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
WAGNER RODOLFO DA SILVA - CIP-0/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro: Direito de Família v. 6 /
Carlos Roberto Gonçalves. -- 20. ed. -- São Paulo :
SaraivaJuc, 2023.
704 p.

ISBN 978-85-5362-838-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2022-2866

CDD 347

CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil	347
2. Direito civil	347

Data de fechamento da edição: 3-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 15086 CL 607933 CAE 816335

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Capítulo Único DIREITO DE FAMÍLIA

1. Noção de direito de família	1
2. Conteúdo do direito de família.....	2
3. Princípios do direito de família.....	5
4. Natureza jurídica do direito de família.....	9
5. Família e casamento.....	11
6. Evolução histórica do direito de família.....	14
7. O direito de família na Constituição de 1988 e no Código Civil de 2002	15

DO DIREITO PESSOAL

Título I DO CASAMENTO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito.....	19
2. Natureza jurídica	22
3. Caracteres do casamento	25
4. Finalidades do casamento.....	27

Capítulo II DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO

1. Da capacidade para o casamento	30
1.1. Requisitos gerais e específicos	32
1.2. Suprimento judicial de idade	35
1.3. Suprimento judicial do consentimento dos representantes legais	35

2. O procedimento para a habilitação.....	37
2.1. Documentos necessários.....	38
2.1.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente....	41
2.1.2. Autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra	42
2.1.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não, que atestem conhecer os nubentes e afirmem não existir impedimento.....	44
2.1.4. Declaração do estado civil, do domicílio e da residência dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos.....	45
2.1.5. Certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casamento anterior ou do registro da sentença de divórcio	45

Capítulo III DOS IMPEDIMENTOS

1. Conceito e espécies.....	47
2. Impedimentos resultantes do parentesco (consanguinidade, afinidade e adoção)	49
2.1. A consanguinidade.....	49
2.2. A afinidade.....	52
2.3. A adoção.....	53
3. Impedimento resultante de casamento anterior	54
4. Impedimento decorrente de crime	58

Capítulo IV DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Introdução.....	62
2. Confusão de patrimônios	63
3. Divórcio.....	65
4. Confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>)	66
5. Tutela e curatela.....	66
6. Observações finais.....	67

Capítulo V DA OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Da oposição dos impedimentos	69
---------------------------------------	----

1.1. Pessoas legitimadas.....	69
1.2. Momento da oposição dos impedimentos.....	70
1.3. Forma da oposição.....	71
2. Da oposição das causas suspensivas	73
2.1. Pessoas legitimadas.....	73
2.2. Momento da oposição das causas suspensivas.....	74
2.3. Forma da oposição.....	74

Capítulo VI DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

1. Formalidades.....	76
2. Momento da celebração	79
3. Suspensão da cerimônia.....	80
4. Assento do casamento no livro de registro.....	82
5. Casamento por procuração	84

Capítulo VII DAS PROVAS DO CASAMENTO

1. Introdução.....	89
2. Prova específica: certidão do registro.....	90
3. Posse do estado de casados: conceito e elementos.....	91
3.1. Validade como prova do casamento de pessoas falecidas ou que não possam manifestar vontade	92
3.2. Importância na solução da dúvida entre as provas favoráveis e contrárias à existência do casamento	93
4. Prova do casamento celebrado no exterior	94
5. Casamento cuja prova resultar de processo judicial.....	97

Capítulo VIII ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO

1. Casamento válido.....	98
2. Casamento putativo	99
2.1. Conceito.....	99
2.2. Efeitos.....	102
3. Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave.....	106
4. Casamento religioso com efeitos civis	109

4.1. Retrospectiva histórica	109
4.2. Regulamentação atual	110
5. Casamento consular	112
6. Conversão da união estável em casamento	113

Capítulo IX

DA INEXISTÊNCIA E DA INVALIDADE DO CASAMENTO

1. Casamento inexistente	115
1.1. Diversidade de sexos	117
1.2. Falta de consentimento	120
1.3. Ausência de celebração na forma da lei	121
2. Casamento inválido.....	122
2.1. Casamento e a teoria das nulidades.....	122
2.2. Casamento nulo.....	126
2.2.1. Casos de nulidade	126
2.2.2. Pessoas legitimadas a arguir a nulidade	127
2.2.3. Ação declaratória de nulidade	128
2.3. Casamento anulável	130
2.3.1. Defeito de idade.....	132
2.3.2. Falta de autorização do representante legal	134
2.3.3. Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	135
2.3.3.1. Erro sobre a identidade do outro cônjuge, sua honra e boa fama.....	137
2.3.3.2. Ignorância de crime ultrajante	140
2.3.3.3. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave	142
2.3.4. Vício da vontade determinado pela coação	144
2.3.5. Incapacidade de manifestação do consentimento	146
2.3.6. Realização por mandatário, estando revogado o man- dato.....	147
2.3.7. Celebração por autoridade incompetente	148
3. Casamento irregular.....	149

Capítulo X

DA EFICÁCIA JURÍDICA DO CASAMENTO

1. Efeitos jurídicos do casamento	150
1.1. Efeitos sociais.....	151

1.2. Efeitos pessoais.....	153
1.3. Efeitos patrimoniais.....	156
2. Deveres recíprocos dos cônjuges.....	159
2.1. Fidelidade recíproca	160
2.2. Vida em comum, no domicílio conjugal	161
2.3. Mútua assistência	162
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos.....	163
2.5. Respeito e consideração mútuos.....	164
3. Direitos e deveres de cada cônjuge	166
4. O exercício de atividade empresária pelos cônjuges	167

Capítulo XI

DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

1. Distinção entre sociedade conjugal e vínculo matrimonial.....	170
2. Inovação introduzida pela Emenda Constitucional n. 66/2010.....	171
2.1. Breve esboço histórico	172
2.2. Extinção das causas subjetivas e objetivas da dissolução do casamento.....	174
3. Causas terminativas da sociedade e do vínculo conjugal.....	175
4. Morte de um dos cônjuges. Morte real e morte presumida.....	176
5. Nulidade ou anulação do casamento.....	180
6. Separação judicial e extrajudicial.....	181
6.1. Separação de direito ocorrida antes do advento da Emenda Constitucional n. 66/2010.....	181
6.2. Modalidades de divórcio	181
6.3. Efeitos decorrentes da “PEC do Divórcio”	182
6.4. Espécies e efeitos da separação judicial e extrajudicial.....	182
6.5. Caráter pessoal da ação.....	183
6.6. Tentativa de reconciliação e presença de advogado.....	185

SEPARAÇÃO JUDICIAL POR MÚTUO CONSENTIMENTO

6.7. Características. Requisito	186
6.8. Procedimento. Cláusulas obrigatórias	187
6.9. Promessa de doação na separação consensual	192
6.10. O procedimento administrativo, mediante escritura pública, para a separação e o divórcio consensuais.....	193

6.10.1. Inexistência de nascituro ou de filhos incapazes do casal	195
6.10.2. Consenso do casal sobre todas as questões emergentes da separação ou do divórcio.....	196
6.10.3. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas	198
6.10.4. Assistência de advogado	199
6.10.5. Separação ou divórcio consensuais celebrados por autoridades consulares	199

SEPARAÇÃO JUDICIAL A PEDIDO DE UM DOS CÔNJUGES

6.11. Espécies	200
6.12. Grave infração dos deveres do casamento	202
6.12.1. Adultério	204
6.12.2. Abandono voluntário do lar conjugal	207
6.12.3. Sevícia e injúria grave	209
6.12.4. Abandono material e moral dos filhos	211
6.12.5. Imputação caluniosa	211
6.13. Confissão real e ficta	212
6.14. Insuportabilidade da vida em comum	214
6.15. Ruptura da vida em comum.....	219
6.16. Separação por motivo de grave doença mental	221
6.17. Separação de corpos	224
7. O uso do nome do outro cônjuge	230
8. Restabelecimento da sociedade conjugal	233

DIVÓRCIO

9. Introdução.....	234
10. Divórcio-conversão	237
11. Divórcio direto.....	240
12. Procedimentos do divórcio judicial e da separação de corpos	241
13. O uso do nome do cônjuge após o divórcio.....	245

PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS

14. Proteção à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio.....	246
14.1. A guarda unilateral.....	249
14.2. A guarda compartilhada.....	249
15. Proteção aos filhos na separação de fato	255

16. Direito de visita.....	255
17. A síndrome da alienação parental	261

Título II DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Introdução.....	268
2. Relações de parentesco socioafetivas	270
3. A multiparentalidade	272
4. O vínculo de parentesco: linhas e graus.....	277
5. Espécies de parentesco	280

Capítulo II DA FILIAÇÃO

1. Introdução.....	283
2. Presunção legal de paternidade.....	284
2.1. A presunção <i>pater is est</i>	285
2.2. A procriação assistida e o Código Civil de 2002	288
3. Ação negatória de paternidade e de maternidade	294
4. Prova da filiação	301

Capítulo III DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS

1. Filiação havida fora do casamento	304
2. Reconhecimento voluntário.....	306
2.1. Modos de reconhecimento voluntário dos filhos.....	306
2.2. Oposição ao reconhecimento voluntário.....	311
3. Reconhecimento judicial: investigação de paternidade e maternidade.	314
3.1. Legitimidade para a ação	315
3.2. Fatos que admitem a investigação de paternidade.....	322
3.3. Ação de investigação de maternidade	328
3.4. Meios de prova.....	328
4. Efeitos do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento.....	335

Capítulo IV DA ADOÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica	339
2.	Antecedentes históricos	341
3.	A atual disciplina da adoção	344
4.	Quem pode adotar	348
5.	Quem pode ser adotado.....	359
6.	Requisitos da adoção.....	360
7.	Efeitos da adoção.....	363
	7.1. Efeitos de ordem pessoal	363
	7.2. Efeitos de ordem patrimonial	366
8.	Adoção internacional.....	368

Capítulo V DO PODER FAMILIAR

1.	Conceito.....	373
2.	Características	374
3.	Titularidade do poder familiar.....	375
4.	Conteúdo do poder familiar.....	377
	4.1. Quanto à pessoa dos filhos.....	377
	4.2. Quanto aos bens dos filhos	386
5.	Extinção e suspensão do poder familiar.....	389
	5.1. Extinção e perda ou destituição do poder familiar.....	390
	5.2. Suspensão do poder familiar.....	394

DO DIREITO PATRIMONIAL

Título I DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES

1.	Disposições gerais	399
2.	Regime de bens: princípios básicos.....	400
	2.1. Da imutabilidade absoluta à mutabilidade motivada	401
	2.2. Variedade de regimes.....	409
	2.3. Livre estipulação.....	410
3.	Administração e disponibilidade dos bens.....	411

3.1. Atos que um cônjuge não pode praticar sem autorização do outro	416
3.2. Suprimento da autorização conjugal	422
4. Pacto antenupcial.....	423
5. Regime da separação legal ou obrigatória	426
6. Regime da comunhão parcial ou limitada	431
6.1. Bens excluídos da comunhão parcial.....	431
6.2. Bens que se comunicam, no regime da comunhão parcial.....	438
7. Regime da comunhão universal	440
7.1. Bens excluídos da comunhão universal.....	442
7.2. Outras disposições.....	446
8. Regime da participação final nos aquestos.....	447
9. Regime da separação convencional ou absoluta	451

Título II

DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES

1. Exercício do usufruto e da administração	454
2. Autorização judicial para a prática de atos que ultrapassem a simples administração	455
3. Colidência de interesses entre os pais e o filho.....	456
4. Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais.....	457

Título III

DOS ALIMENTOS

1. Conceito e natureza jurídica	458
2. Espécies	460
3. Obrigação alimentar e direito a alimentos.....	468
3.1. Características da obrigação alimentar	469
3.2. Características do direito a alimentos	479
3.3. Pressupostos da obrigação alimentar. Objeto e montante das prestações	489
3.4. Pressupostos subjetivos: quem deve prestar alimentos e quem pode reclamá-los	497
4. Alimentos decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da união estável	508
5. Meios de assegurar o pagamento da pensão	512

5.1. Ação de alimentos.....	512
5.2. Ação revisional de alimentos	519
5.3. Meios de execução da prestação não satisfeita.....	523
6. Alimentos gravídicos	537

Título IV DO BEM DE FAMÍLIA

1. Introdução.....	543
2. Bem de família voluntário.....	546
3. Bem de família obrigatório ou legal.....	551

DA UNIÃO ESTÁVEL

Título Único DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CONCUBINATO

1. Conceito e evolução histórica.....	567
2. Regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002	571
3. A união estável no Código Civil de 2002.....	573
4. Requisitos para a configuração da união estável.....	575
4.1. Pressupostos de ordem subjetiva.....	577
4.2. Pressupostos de ordem objetiva.....	579
5. Deveres dos companheiros.....	589
6. Direitos dos companheiros.....	591
6.1. Alimentos.....	591
6.2. Meação e regime de bens.....	593
6.3. Sucessão hereditária	599
7. Contrato de convivência entre companheiros.....	601
8. Conversão da união estável em casamento	605
9. As leis da união estável e o direito intertemporal.....	607
10. Ações concernentes à união estável.....	607

DA TUTELA E DA CURATELA

Título I DA TUTELA

1. Conceito.....	612
------------------	-----

2. Espécies de tutela	613
2.1. Tutela testamentária	615
2.2. Tutela legítima	617
2.3. Tutela dativa	618
3. Regulamentação da tutela.....	619
3.1. Incapazes de exercer a tutela	619
3.2. Escusa dos tutores.....	621
3.3. Garantia da tutela	625
3.4. A figura do protutor	627
3.5. Exercício da tutela.....	629
3.5.1. O exercício da tutela em relação à pessoa do menor.....	630
3.5.2. O exercício da tutela em relação aos bens do tutelado .	631
3.6. Responsabilidade e remuneração do tutor	637
3.7. Bens do tutelado.....	639
3.8. Prestação de contas.....	640
4. Cessaçãõ da tutela	642

Título II DA CURATELA

1. Conceito.....	644
2. Características da curatela	645
3. Espécies de curatela	647
3.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	649
3.2. Curatela dos impedidos, por causa transitória ou permanente, de exprimir sua vontade.....	651
3.3. Curatela dos ébrios habituais e viciados em tóxico.....	651
3.4. Curatela dos pródigos	652
3.5. Curatela do nascituro	655
3.6. Curatela de pessoas capazes. Tomada de decisão apoiada	655
4. O procedimento de interdição.....	657
4.1. Legitimidade para requerer a interdição.....	661
4.2. Pessoas habilitadas a exercer a curatela.....	664
4.3. Natureza jurídica da sentença de interdição.....	669
4.4. Levantamento da interdição	671
5. Exercício da curatela	672
<i>Bibliografia</i>	675